OS GASTOS DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS GOIANOS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO FUNDEB

Renato Ribeiro Leite

Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Brasil

leiterr@uol.com.br

RESUMO:Este artigo tem como objetivo analisar os gastos da educação nos dez maiores Municípios goianos, em matrícula,no ensino público municipal, que tiveram complementação de recursos financeiros após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2007.A análise está sustentada nos dados disponibilizados no sítio do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM). Para qualificar essa análise, foram utilizados também os dados e os microdados do Censo Escolar (2007/2011). Espera-se que essa investigação contribua para a compreensão da implementação de políticas públicas de financiamento da educação, em especial, a política de fundos para educação adotada nas últimas décadas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Fundos. Financiamento da Educação. Fundeb

Introdução

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2007 é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por Estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos). Formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios e por uma parcela financeira de recursos federais, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da CF/88. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

A política de fundos introduzida nos anos 90 inaugurou uma nova maneira de financiamento da educação pública básica. As regras criadas pela Constituição Federal de 1988 foram alteradas no sentido de ‘refinar’ ou ‘melhorar’ a forma de financiamento

de recursos vinculados ao ensino. Antes da introdução dessa política, os Municípios podiam aplicar os recursos vinculados sem necessariamente ter alunos matriculados em sua rede. Agora, para ter acesso aos próprios recursos ou ter complemento de dinheiro de outros entes federados, devem, obrigatoriamente, ter alunos matriculados em sua rede de ensino.

Tabela 1 – Quantitativa de Municípios do Estado de Goiás que contribuíram e restituíram recursos financeiros ao Fundeb nos anos de 2007 e 2010

Características dos Municípios	Número de Municípios	Municípios que obtiveram restituição superiorao valor da contribuição ao Fundeb		Municípios que obtiveram restituição inferior ao valor da contribuição ao Fundeb	
		2007	2010	2007	2010
+ 100 mil habitantes	09	09	09	00	00
De 50,1 mil a 100 mil hab.	11	09	09	02	02
De 10,1 mil a 50 mil hab.	71	45	54	26	17
De 5 a 10 mil habitantes	55	20	24	35	31
- de 5 mil habitantes	100	08	08	92	92
Total	246	91	104	155	142

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base nos dados primários do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM).

Essa política adotada no país trouxe um reordenamento na maneira como os Estados e Municípios ofertam a educação básica no Brasil. Em Goiás, quando o Fundeb entrou em funcionamento, somente 37% dos Municípios goianos auferiram mais recursos financeiros do Fundo do que depositaram; em 2010, esse percentual foi elevado para 42,3%. Dos Municípios com população superior a 50 mil habitantes, a maioria (90%) teve complementação financeira, com adoção dessa política em 2007, o percentual foi mantido em 2010.A grande maioria dos Municípios goianos com população inferior a 10 mil habitantes vem transferindo recursos financeiros para o fundo como expresso na tabela 1.

Nesse sentido, a escolha dos Municípios a serem analisados foi feita em funçãoda própria dinâmica de repartição dos recursos financeiros do Fundeb. Nessa perspectiva, optou-se em escolher os dez Municípios com maior número de matrículas na educação pública municipal. (Observe o perfil dos Municípios investigados no quadro I). Esses Municípios ao longo dos anos, em razão do número elevado de matrícula em sua rede, receberam e recebemmais recursos financeiros do que deposita no Fundeb.

A análise desenvolvida a seguir, somente foi possível a partir do acesso aos dados do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM). A cada bimestre, as administrações municipais enviam os dados, por meio eletrônico, ao Tribunal. O acesso aos dados foi realizado, por meio de senha específica, fruto de parceria entre o TCM e a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Esse convênio visou facilitar o acesso aos dados do Tribunal aos pesquisadores da faculdade, em especial, para aqueles que se dedicam aos estudos do financiamento da educação pública.

Os arquivos com dados sobre os gastos da educação estavam no formato PDF, tiveram que ser convertidos para programa de editor de texto. Esse procedimento foi necessário para facilitar as transferências dos dados para planilha do*Excel*, ao todo foram transferidos mais de quatro mil páginas. Na planilha, os dados foram tratados e agrupados em cada elemento de despesas. A análise que se segue é resultado de sete meses de trabalho para apurar todas as despesas da educação realizadas de 2007 a 2011 em dezMunicípios goianos.

Quadro 1 – Perfil socioeconômicos dos dez maiores Municípios goianos em matrícula na rede pública municipal.

	Goiânia	Anápolis	Aparecida	Luziânia	Águas Lindas	Rio Verde	Valparaíso	Planaltina	Senador Canedo	Formosa
População (2.010)	1.302.001	334.613	455.657	174.531	159.378	176.424	132.982	81.649	84.443	100.085
Taxa geométrica de crescimento (2.010)	1,77	1,51	3,08	2,15	4,19	4,23	3,32	1,03	4,75	2,44
Matrícula na educação básica (2.010)	281.094	75.463	102.407	48.710	40.758	39.746	33.165	24.380	22.061	25.849
(%) Matrícula/População	21,6	22,6	22,5	27,9	25,6	22,5	24,9	29,9	26,1	25,8
PIB (R$ mil – 2.010)	24.445.743	10.059.556	5.148.640	2.077.842	676.643	4.160.500	844.611	440.329	3.188.614	911.427
Per capita	18.777,09	30.025,66	11.297,44	11.904,27	4.242,15	23.571,97	6.353,00	5.395,40	37.780,24	9.106,63
Matrícula pública municipal	93.489	30.853	30.533	20.661	19.872	20.699	18.838	16.073	15.498	13.229
Receitas Municipais (R$ mil – 2.010)	2.311.158	482.925	395.823	210,004	125.961	322.547	125.437	83.085	203.369	116.463
Área Territorial (KM)	739,492	918.375	288.465	3.961,536	191,198	8.388,295	60.111	2.539,113	244.745	5.806,891
Índice de Gini (2.003)	0,42	0,41	0,41	0,42	0,41	0,43	0,42	0,42	0,41	0,42
IDHM – Geral (2.000)	0,832	0,788	0,764	0,756	0,717	0,807	0,795	0,723	0,729	0,750
IDHM – Educação	0,933	0,889	0,880	0,850	0,815	0,871	0,902	0,820	0,860	0,840
IDHM – Longevidade	0,751	0,754	0,753	0,752	0,726	0,803	0,767	0,729	0,710	0,730
IDHM – Renda	0,813	0,721	0,659	0,665	0,610	0,746	0,716	0,619	0,618	0,681
Taxa de alfabetização (2.010)	96,85	94,70	95,04	92,83	93,61	94,04	96,57	90,87	93,97	92,18
Empregos (RAIS) 2.011	576.241	85.585	110,021	22,138	8,054	51.808	14.546	6.928	9.096	13.227
Rendimento Médio (R$)	1.835,57	1.337,81	1.121,79	1.220,86	1.058,50	1.339,56	1.254,81	1.169,52	1.328,75	1.086,40

Gastos da Educação

A evolução dos gastos em educação, nos dez Municípios com maior número de matrículas após a implantação do Fundeb (2007), foi crescente e acima da inflação registrada no período. Praticamente todos os Municípios aumentaram em mais de 30% os seus gastos em educação, se for comparado ao ano de 2011 com o primeiro ano de vigência do Fundeb. Águas Lindas foi o Município que teve o maior crescimento (74,1%) e Goiânia o menor (30,7%), como na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução dos recursos financeiros gastos em educação dos dez maiores Municípios de Goiás em matrícula na educação básica municipal (2007 a 2011) – (valores em R$, a preços de dezembro de 2011, corrigidos pelo IPCA).

Município	2007	2008	2009	2010	2011
Goiânia	359.541.560,19	398.526.537,52	420.783.459,30	448.023.515,65	470.081.256,49
Anápolis	77.103.326,76	62.33.132,89	84.153.736,91	104.396.517,15	122.470.717,84
Ap. de Goiânia	72.786.421,00	73.448.314,66	79.834.375,02	96.609.828,25	105.292.518,33
Luziânia	45.438.566,82	52.740.108,11	55.462.941,17	60.321.823,91	66.147.677,19
Águas Lindas	32.458.318,95	35.284.910,88	42.152.903,54	44.667.411,52	56.509.859,76
Rio Verde	51.359.382,30	54.681.213,06	56.233.425,58	68.494.897,09	77.462.626,09
Valparaíso	38.011.776,95	44.700.939,04	41.003.781,65	49.024.216,62	53.562.918,65
Planaltina	27.647.685,93	30.589.791,16	33.371.055,89	33.472.094,64	37.418.171,84
Senador Canedo	36.155.043,25	39.390.693,26	40.413.692,21	47.236.609,62	51.511.196,53
Formosa	25.346.043,74	30.078.507,35	29.998.984,69	35.192.959,50	39.415.390,39

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base nos dados primários do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM).

Todos os dez Municípios apresentaram, nos últimos anos, gastos da educação que não são considerados para manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). Entre os gastos corriqueiros lançados indevidamente estão: despesas com gêneros alimentícios; com gás de cozinha; com publicidade; com alimentação; uniformes; *kit*

para dengue; assessoria jurídica; aquisição de equipamentos; festas para crianças, entre outros.

No Município de Anápolis, em 2007, foram lançadas despesas indevidas com merenda escolar no valor de R$ 1.022.682,31. No mesmo ano, o TCM excluiu despesas de quase quinhentos mil reais do Município de Águas Lindas. Em 2010, os auditores do Tribunal excluíram das despesas da educação do Município de Aparecida de Goiânia gastos com uniformes e *kit* para dengue no valor de R$ 737.054,55. Em 2007, 2009 e 2010, os auditores do Tribunal excluíram despesas com merenda escolar, publicidade, gêneros alimentícios, apresentação artística e camisetas dos gastos da educação do Município de Goiânia, pois nesses três anos foram gastos com essas despesas mais de 17 milhões de reais. Em Senador Canedo, foram lançadas indevidamente nas despesas da educação, gastos com gás, locação de caminhão pipa, alimentação, uniformes escolares, publicidade e *show*artístico, dando um total das despesas indevidasde R$ 1.587.090,59em 2010. A administração municipal de Valparaíso lançou despesas da educação no valor R$ 3.550.315,45, em 2007, porém esses gastos não foram identificados pelos auditores do TCM. Enfim, apesar da maioria dos dez Municípios terem aplicado o percentual mínimo obrigatório, todos tiveram ao longo do período, em análise, despesas lançadas na função educação, que não são consideradas MDE.

Gastos com folha de pagamento

Na análise geral dos gastos da educação dos dez Municípiosgoianos, percebe-se que as maiores despesas foram com a folha de pagamento de salários e encargos sociais dos professores e demais funcionários da rede municipal de ensino. No período em análise (2007/11), é possível observar uma variação nos percentuais gastos com a folha de pagamento entre os dez Municípios como também na evolução dos gastos no próprio Município (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução do percentual dos gastos da educação com folha de pagamento dos professores e demais funcionários da Secretaria de Educação nos dez maiores Municípios de Goiás em matrícula na educação básica municipal (2007 a 2011)

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011
Goiânia	82,2	80,7	74,3	78,6	85,4
Anápolis	81,5	82,2	86,6	88	82,5
Aparecida de Goiânia	79,4	84,9	80,7	63,6	70,8
Luziânia	69,5	72,1	77,1	75,9	77,5
Águas Lindas	58,4	58,3	70,5	74,1	71,6
Rio Verde	66	67,6	72,2	67,6	67,3
Valparaíso	73,1	76,4	84,6	82,3	81,9
Planaltina	73,2	79,4	83,8	91,5	94,6
Senador Canedo	73,6	74,8	75,3	79,8	81,5
Formosa	71,4	64,1	73,8	76	80,8

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base nos dados primários do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM).

Esses percentuais, com raras exceções, revelam que as administrações públicas municipais aplicaram nos últimos anos mais de 70% dos recursos da educação na folha de pagamento de funcionários e professores. É possível inferir que esses elevados percentuais gastos com a folha de pagamento possam dificultar o investimento em outras áreas prioritárias da educação, como a construção de novas escolas, a melhoria da infraestrutura já existente nas escolas e capacitação dos professores. A partir dessa inferência não se está almejando a redução dos gastos para remuneração dos professores e funcionários, mas sim a necessidade de ampliação dos recursos da educação para fazer frentes a essas despesas.

Provavelmente esse aumento do percentual se justifique pela obrigatoriedade do pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) aos professores. Em 2010, o piso foi fixado em R$ 1.024,00 para uma jornada de 40 horas semanais para professores com formação em nível médio, na modalidade Normal.

Outro aspecto que chama atenção nas despesas com folha de pagamento, em alguns Municípios, é percentuais elevadosde gastos com remuneração de trabalhadores com contratos de trabalho por tempo determinado. Nos anos de 2009, 2010 e 2011, a administração municipal de Águas Lindas aplicou 3,5%, 16,7% e 24,8% do gasto total da educação com pagamento de salários de trabalhadores por tempo determinado. De

acordo com os microdados do censo escolar de 2011, dos 694 professores que atuaram nas escolas, 488 tinha vínculo temporário.

Também as administrações dos Municípios de Planaltina (6,9%) e Senador Canedo (9,3%) em 2011 utilizaram parte considerável dos recursos da educação para contratar trabalhadores temporários. No quadro de professores da Secretaria de Educação de Senador Canedo em 2011, menos de 10% dos professores possuía contrato temporário de trabalho. Provavelmente, o elevado gasto com trabalhadores temporários seja para suprir os serviços de apoio nas escolas, como merendeiras, auxiliares de serviços gerais, entre outros. Mas o Município de Planaltina, segundo dados do censo escolar, em 2011 tinha mais de 30% de seus professores com contrato temporário.

Os microdados do censo escolar de 2011 apresentaram percentuais elevadosde professores com contrato temporário nos Municípios de Valparaíso (56,7%), Goiânia (16,7%), Luziânia (12,7%) e Aparecida de Goiânia (11,8%). Mas esses percentuais não aparecem no cômputo dos gastos da educação como elemento de despesas de contratação de pessoal temporário de maneira específica. Isso acontece porque a legislação do Fundeb permite o pagamento de professorescom contratos temporários.

Oliveira (2004) analisa as condições de trabalho dos docentes de escolas públicas brasileiras, no contexto das mudanças do mundo do trabalho, e destaca que a contratação de professores temporários é uma forma de flexibilização e precarização do trabalho docente.

> Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriundas dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1.140).

Mesmo após 25 anos da promulgação da Constituição Federal (1988) e 17 anos da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), ainda há um percentual considerável de professores com contratos de trabalhos em regime

temporário. Tanto a Constituição Federal quanto a LDB exigem que os professores da rede pública sejam admitidos exclusivamente por concurso público.

O alto índice de contrato de trabalho temporário presente em alguns Municípios analisados demonstra como são precárias as condições de trabalho de parcela considerável de professores desses Municípios. Esse tipo de contrato de trabalho não garante os direitos trabalhistas dos professores e nem a estabilidade necessária para desenvolvimento de suas atividades com certo grau de autonomia.

Os contratos de trabalho temporários também são formas, no velho estilo do clientelismo político,utilizadas por políticos locais para se sustentarem no poder. Os políticos garantem apoio necessário aos seus projetos eleitorais nomeando professores e demais servidores públicos, por meio da barganha, garantindo assim, bases de apoio político e, consequentemente, o silêncio dos professores.

Gastos com material, combustível e manutenção de veículos e serviços de transporte

Os gastos com material, combustível e manutenção de veículos e os gastos com empresas e cooperativas de transportes chamam atenção pelo elevado percentual aplicado e pela dificuldade em localizar os gastos com as empresas de transportes no sistema de informações do TCM. Esses gastos em alguns Municípios figuram como a segunda maior despesa da educação, atrás somente da despesa com folha de pagamento de salários, como nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 04 – Evolução do percentual dos gastos da educação com material, combustível e manutenção de veículos nos dez maiores Municípios de Goiás em matrícula na educação básica municipal (2007 a 2011).

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011
Goiânia	0,3	0,2	0,02	0,2	0,05
Anápolis	1,7	2,1	1,8	0,5	0,9
Aparecida de Goiânia	0,7	1,0	0,2	-	-
Luziânia	1,6	0,3	0,2	0,2	0,5
Águas Lindas	1,8	2,5	1,0	0,6	2,2
Rio Verde	0,9	0,6	0,1	0,1	0,2
Valparaíso	0,6	0,6	0,3	0,2	0,1
Planaltina	0,9	1,2	1,2	-	01
Senador Canedo	1,2	1,1	1,0	1,1	0,8
Formosa	1,4	0,4	0,3	0,3	0,3

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base nos dados primários do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM).

O lançamento das despesas com empresas ou cooperativa de transporte no sistema eletrônico de dados do TCM aparece de várias formas. Cada Município e o mesmo Município de um ano para outro classifica como código de despesas de forma diferente. Alguns lançam as suas despesas com empresas de transporte no elemento de despesas ‘fretes e transporte de encomendas’, outras vezes em ‘locação de bens móveis e outras naturezas e intangíveis’ e na maior parte das vezes no elemento de despesas ‘outros serviços de pessoa jurídica’.

Só foi possível levantar os gastos com empresas de transportes após análise geral das despesas, procurando-as por meio do nome jurídico das empresas. Por isso, os percentuais de gastos apresentados na Tabela 5 podem ser ainda maiores, pois os contratos realizados com pessoas físicas para transportar pessoas são difíceis de serem identificados. Somente seria possível o levantamento exato dessas despesas após análises dos contratos de prestação de serviços.

Após consulta junto ao técnico responsável pelo lançamento das despesas mensais do TCM sobre o porquê das divergências no lançamento dos dados, o Tribunal justificou que as administrações municipais são orientadas, por meio, de resolução para lançamento correto dos dados. Nesse sentido, questionam-se os motivos que levam as administrações municipais a insistirem em lançar as despesas com empresas de transporte de forma incorreta.

Os Municípios de Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Águas Lindas e Valparaíso não apresentaram gastos com empresas ou cooperativa de transporte. O Município de Anápolis possui frota própria de veículos para transportes de alunos, por isso, gastou, nos últimos anos, percentual considerável com material, combustível e manutenção de veículos, somente no ano de 2011, os gastos ficaram acima de um milhão de reais.

Águas Lindas possui frota própria de veículos, mas também contrata serviços de locação para transporte escolar. Não foi possível localizar as despesas com esses contratos, provavelmente estabeleceu contrato com pessoas físicas para realização de serviços. A administração municipal desembolsou em 2011 a quantia de mais de um

milhão e duzentos mil reais com material, combustível e manutenção de veículos. Em Valparaíso também não foi possível apurar os valores e percentuais gastos com os serviços de transporte, pois os serviços são realizados por pessoas físicas.

Tabela 05 – Evolução do percentual dos gastos da educação com empresas e cooperativa de transportes nos dez maiores Municípios de Goiás em matrícula na educação básica municipal (2007 a 2011)

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011
Goiânia	-	-	-	-	-
Anápolis	-	-	-	-	-
Aparecida de Goiânia	-	-	-	-	-
Luziânia	10,7	5,1	9,6	10,7	9,6
Águas Lindas	-	-	-	-	-
Rio Verde	13,9	18,2	14,7	16,2	15,8
Valparaíso	-	-	-	-	-
Planaltina	6,7	5,6	6,6	-	-
Senador Canedo	2,9	3,3	1,7	2,0	2,2
Formosa	8,6	6,9	8,0	8,3	7,8

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base nos dados primários do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM).

O número de alunos transportados, o tamanho da área territorial do Município, a escolha da forma de transporte, sejam realizados com veículos próprios ou terceirizados, e a localização dos alunos a serem transportados influenciam nos valores gastos com transporte escolar.

De acordo com os dados do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), a capital do Estado transportou nos últimos anos, em média, 100 alunos por dia, Anápolis 1.200, Aparecida de Goiânia 50, Águas Lindas 300 e Valparaíso 500. Esses Municípios possuem pequena área territorial, com pequena zona rural, por isso, transportam no geral, número reduzido de alunos. Assim,o impacto nos gastos da educação também foi menor do que nos demais Municípios.

Se todos os gastos com material, combustível e manutenção de veículos forem exclusivamente para os serviços de transporte escolar, têm-se gastos bastante diferenciados para Municípios com as mesmas semelhanças. Essa afirmação está condicionada pelo simples motivo de não ter como saber se realmente essas despesas destinam-se ao transporte de alunos. A administração municipal de Águas Lindas

gastou com material, combustível e manutenção de veículos, em média, R$ 2.800,00 por aluno/ano, enquanto a Secretaria de Educação de Anápolis gastou em média no ano de 2011 a quantia de R$ 1.000,00 por aluno/ano. É preciso lembrar que no caso do Município de Águas Lindas, não estão computados os gastos com os contratos de locação com pessoas físicas para transporte de alunos.

Butarelo (2007), em sua tese de doutorado, analisou a aplicação de recursos da educação pelos Municípios do Estado de São Paulo, a partir da análise de registros do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SP) e encontrou despesas excessivas com combustível.

> A aquisição excessiva de combustível (óleo diesel, gasolina, álcool) com recursos da educação tem se mostrado um foco de desvio de recursos educacionais no âmbito municipal (TC – 1665/226/04; TC – 1472/226/05; TC – 1857/226/04; TC – 2026/226/04). Os relatórios de auditoria do TCESP demonstram que em muitos Municípios a quantidade de combustível adquirida durante o exercício é incompatível com a frota da educação, bem como com o percurso efetuado pelos veículos do setor educacional (BUTARELO, 2007, p. 139).

Os Municípios de Luziânia, Rio Verde, Planaltina e Formosa são os maiores em área territorial (quadro1) e necessariamente tiveram os maiores gastos com empresas e cooperativas de transportes. Entre 2007 a 2011, a administração municipal de Luziânia transportou em média 1.500 alunos por dia, em 2011 o gasto com empresas de transportes representou 9,6% dos gastos em educação, totalizando a quantia de R$ 6.350.177,01. Esses valores significaram um custo de R$ 2.915,60 por aluno transportado no ano, além disso, a municipalidade gastou mais de trezentos mil reais com material, combustível e manutenção de veículos.

A gestão municipal de Rio Verde gastou ainda mais com a cooperativa de transporte nesse período. As despesas foram acima de 13% dos gastos totais da educação. Em 2008, a administração municipal gastou quase 10 milhões de reais com transporte escolar e esses valores representaram um gasto em média por ano de R$ 6.000,00 por aluno transportado. O Município de Formosa também gastou um percentual considerável de recursos financeiros com transporte escolar. Em 2010, gastou quase três milhões de reais com empresas de transporte, essa quantia representou um custo de quase dois mil reais por aluno/ano.

O Município de Senador Canedo chama atenção, tanto pelos gastos com material, combustível e manutenção de veículos, como também com empresas de transporte. O Município possui pequena extensão territorial e teve em média 979 alunos transportados por dia no período (2007/11). Em 2011, a administração municipal gastou com empresas de transporte mais de um milhão de reais e com material, combustível e manutenção de veículos mais de quatrocentos mil reais. Se todos esses gastos na totalidade fossem destinados somente para o transporte escolar, poderia juntar esses dois valores e dividi-los pelo número de alunos transportados em 2.011, obtendo-se o valor de R$ 1.685,20 por aluno/ano.

Gastos com obras e instalações

Os gastos da educação com obras e instalações podem ser para construções de novas escolas, ou ainda para reformar e ampliar as unidades escolares existentes. Os dados captados junto ao TCM e expostos na Tabela 06 não permitem saber se os gastos realizados forampara construções de novas escolas ou em reformas e ampliação das mesmas, mas é possível fazer algumas inferências sobre eles.

Tabela 06 – Evolução do percentual dos gastos da educação com obras e instalações nos dez maiores Municípios de Goiás em matrícula na educação básica municipal (2007 a 2011)

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011
Goiânia	1,4	2,4	2,3	1,8	1,3
Anápolis	0,5	3,2	0,1	2,4	5,4
Aparecida de Goiânia	4,7	2,7	10,7	16,7	13,8
Luziânia	1,4	1,1	-	-	0,9
Águas Lindas	4,6	4,9	4,3	2,6	1,0
Rio Verde	2,6	4,0	3,8	6,9	6,5
Valparaíso	1,4	8,4	2,5	2,1	2,4
Planaltina	3,2	5,2	2,4	2,0	1,0
Senador Canedo	8,8	6,5	12,8	5,1	2,9
Formosa	8,4	11	8,5	4,2	3,4

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, com base nos dados primários do Tribunal de Contas dos Municípios.

Esses dados permitem perceber a falta de planejamento nos gastos com infraestrutura das escolas, pois os percentuais variam muito, com raras exceções, de um ano para outro. Em 2007 e 2008, período que finaliza o mandato dos prefeitos, não há uma simetria nos gastos com obras e instalações. Mesmo após a posse de novos

prefeitos à frente das administrações municipais (2009/12) não se percebe alterações nas disparidades de percentuais aplicados pelas gestões municipais com esse tipo de despesa. As administrações de Goiânia e Valparaíso demonstram manter gasto com infraestrutura de forma constante, ao longo do período**.**

Outros gastos da educação

Os Municípios de Goiânia, Anápolis, Luziânia, Rio Verde e Senador Canedo possuem programas de repasses de recursos financeiros para suas escolas. Esses programas consistem no repasse periódico, com o intuito de custear as despesas com material de consumo necessário ao seu funcionamento. O Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (FUMMDE) de Goiânia repassa quadrimestralmente dinheiro para escolas da sua rede de ensino. Em 2011, foram repassados às escolas R$ 15.431.936,75 para custear as despesas correntes e de capital. Esses valores corresponderam a 3,2% dos gastos da educação do Município. Em Anápolis, a Secretaria Municipal de Educação repassou, no ano de 2010, para suas escolas 1,8% dos recursos gastos em educação. O Município de Luziânia foi o que menos transferiu recursos. Ao longo dos cinco anos, esses recursos representaram somente 0,5% dos recursos gastos em educação e isso equivale, em média, R$ 17,00 por aluno/ano, enquanto que o Município de Goiânia transferiu para suas escolas em torno de R$ 150,00 por aluno/ano.

A maioria dos dez Municípios gastou menos de 0,5% dos recursos financeiros da educação disponíveis com material de limpeza e produção de higienização. As exceções são os Municípios de Aparecida de Goiânia e Águas Lindas que no ano de 2010 aplicaram 3% dos gastos da educação com essas despesas. Isso equivale a quase três milhões de reais por ano somente para adquirir produtos para higienizar as escolas, pouco menos de R$ 100,00 por aluno/ano. O Município de Águas Lindas se destaca dos demais, pois nos últimos anos vem gastando uma quantia extremamente elevada dos recursos da educação para manter suas escolas limpas. Em 2008, foram gastos R$ 2.999.217,42 com material de limpeza e higienização. Esse valor corresponde a um gasto, em média, por escola de R$ 90.885,37 por ano, ou ainda, R$ 146,00 por aluno/ano. A administração municipal de Planaltina gastou, no mesmo ano, com toda a rede de ensino R$ 91.769,37 com materiais de limpeza.

Em 2010 e 2011, os Municípios de Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia e Planaltina gastaram recursos da educação com materiais escolares para distribuição gratuita. Em 2011, a prefeitura de Goiânia gastou 1,6% do orçamento da educação com esse tipo de despesa. Esses gastos foram acima de 7,5 milhões de reais. Segundo os dados do TCM, essas despesas foram feitas junto ao grupo Diana Paolucci S/A Indústria e Comércio, mas os dados do TCM não informam que tipo de material foi adquirido. Em consulta ao sítio da empresa, percebe-se que esse grupo é um conglomerado empresarial que atua em diversos segmentos de atividades comerciais, industriais e de comércio exterior. Entre as áreas de atuaçãode grupo estão as de medicamentos, de brinquedos pedagógicos, de materiais escolares e de uniformes escolares. Possivelmente, a Secretaria de Educação do Município de Goiânia tenha adquirido uniformes escolares ou materiais pedagógicos para distribuição aos estudantes.

A Secretaria Municipal de Educação de Anápolis gastou também, em 2010 e 2011, recursos financeiros para aquisição de materiais para distribuição gratuita. Em 2010, foram gastos mais 1,5 milhões de reais e, em 2011, ficaram acima de 1,9 milhões de reais. Esses valores equivaleram em torno de 1,5% do total dos recursos aplicados em educação em cada ano. A maioria dos recursos financeiros gastos foi para pagamento de empresas que confeccionam uniformes escolares. A administração municipal (2009/12) divulgou junto à mídia local como sendo uma inovação da gestão da educação a distribuição de uniformes e materiais escolares para todos os alunos da rede municipal de ensino.

A gestão municipal de Aparecida de Goiânia igualmente gastou recursos financeiros na aquisição de materiais para distribuição gratuita. Foram gastos em 2010, cerca de 1,5 milhões de reais com esses materiais. Esse dinheiro representou 1,5% do orçamento da educação de 2010. A quase totalidade dos recursos foram gastos junto à empresa que comercializa materiais escolares e para escritório. O Município de Planaltina também aplicou recursos da educação na aquisição de materiais para distribuição gratuita, foram gastos em torno de quatrocentos mil reais com essas despesas.

Os recursos aplicadoscom a aquisição de uniformes escolares para distribuição gratuita não podem ser considerados como gastos em MDE, pelo menos esse é

oentendimento do Ministério Público do Estado de Goiás. De acordo com o manual de orientações do Fundeb, publicado em 2008 pelo Ministério Público:

> Essas despesas não são consideradas típicas ou necessárias à consecução dos objetivos das instituições educacionais que oferecem a educação básica, na forma preconizada no caput do art. 70 da Lei 9.394/96 - LDB. Tais despesas encontram-se mais próximas daquelas caracterizadas como assistência social, por conseguinte não integrantes do conjunto de ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Assim, seu custeio não deve ser realizado com recursos do FUNDEB, ainda que os alunos beneficiários sejam da educação básica pública. (ESTADO DE GOIÁS, 2008, p. 68).

Parece que o Tribunal de Contas dos Municípios tem um entendimento diferente do Ministério Público Estadual, pois nas análises feitas das justificativas que constam na certificação das despesas realizadas pelos Municípios, emitidas pelo TCM, não constam como irregularidades despesas com uniformes escolares.

Conclusão

A política de fundos para o financiamento da educação no Brasil adotada nas últimas décadas favoreceu e favorece aos Municípios investigados, poishouve aumento considerável no montante de recursos destinados para a manutenção e desenvolvimento da educação. Os Municípios tiveram e têm um superávitconsiderável após a adoção do Fundeb.Esses Municípios também foram beneficiados pelo aumento dos recursos financeiros, acima da inflação do período, disponíveis para educação, esse acréscimo foi em razão do aumento das receitas tributárias.

Os gastos da educação com folha de pagamento de professores e demais funcionários,revelam o quanto de recursos investidos em educação pública nesses Municípios e no país, como um todo, é insuficiente para melhorar a educação pública. Todos os dez Municípios analisados aplicaram mais de 70% dos gastos da educação com folha de pagamento de professores e funcionários, ou seja, aplicaram praticamente a totalidade dos recursos do Fundeb com remuneração de pessoal, restando somente os recursos financeiros não vinculados ao Fundeb para aplicarem em outras despesas de MDE.

Na análise feita sobre os gastos da educação com material, combustível e manutenção de veículo e as despesas com contrato de prestação de serviços de transporte

aparecem somas elevadas de recursos. Em alguns Municípios elas representam o segundo maior gasto em MDE. Isso demonstra que as despesas com transporte escolar impactam de maneira considerável as finanças da educação e que os Municípios arcam com a maior parte dessas despesas.

A investigação sobre os gastos com transporte escolar precisa de maior atenção dos pesquisadores da educação, principalmente daqueles que investigam o seu financiamento. As análises devem se verticalizar nos contratos que são estabelecidos entre as administrações municipais e os terceirizados, os valores gastos com esses contratos, o tipo de prestação de serviços, qualidade dos serviços, enfim são várias vertentes de investigação.

Como essa pesquisa teve como objetivo levantar e analisar os principais gastos da educação dos dez maiores Municípios goianos em matrícula na escola pública municipal, no geral os dados revelam que os recursos financeiros são gastos principalmente com folha de pagamento de professores e funcionários, com transporte "escolar", obras e instalações. Também apareceram despesas com valores consideráveis que não são consideradas MDE e despesas com manutenção dos prédios escolares.

APOIO FINANCEIRO: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Microdados do Censo Escolar 2011*. Brasília: MEC/INEP, 2011.

BUTARELO, Fernanda Stefani. *A municipalização do ensino fundamental:* a política nacional de financiamento e a aplicação de recursos da educação pelos Municípios do Estado de São Paulo após a Emenda Constitucional nº 14/96. Marília/SP:UNESP, 2007. Tese de doutorado.

GOIÁS. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. *Acesso aos dados dos gastos da educação* em: https://www.tcm.go.gov.br/portaljurisdicionados/index.jsf. 2012.

_____. Ministério Público do Estado de Goiás. *Manual de Orientação do Fundeb*. Goiânia, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A Reestruturação do Trabalho Docente*: precarização e flexibilização. Educação e Sociedade, Campinas - SP, v. 25, n.89, p. 1127-1144, 2004.